

Companhia Providência Indústria e Comércio

*Informações trimestrais em 30 de setembro de 2015
e relatório dos auditores independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS FUNDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014		30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	30.072	24.103	36.055	37.894	Fornecedores (Nota 15)	24.581	28.057	44.274	40.634
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)		990		990	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 7)	1.406	2.481	1.406	2.481
Contas a receber (Nota 8)	154.222	124.685	214.700	166.255	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	50.683	696	50.683	696
Estoques (Nota 9)	62.270	69.405	79.624	83.530	Encargos sociais e provisões trabalhistas	12.053	10.777	12.820	12.992
Tributos a recuperar (Nota 10)	60.522	49.397	62.449	49.397	Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 17)	4.789	1.828	6.070	4.402
Partes relacionadas (Nota 26)		4.288			Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	181	50	181	50
Outros direitos realizáveis	4.348	3.553	8.669	5.817	Partes relacionadas (Nota 26)	68.828	41.805	272.081	160.621
	<u>311.434</u>	<u>276.421</u>	<u>401.497</u>	<u>343.883</u>	Dividendos a pagar	27	27	27	27
					Outras contas a pagar	12.057	9.762	17.324	11.587
Não circulante						<u>174.605</u>	<u>95.483</u>	<u>404.866</u>	<u>233.490</u>
Realizável a longo prazo					Não circulante				
Tributos a recuperar (Nota 10)	18.750	18.715	18.750	18.715	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)		50.000		50.000
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11 (a))	22.762	10.440	22.762	14.070	Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 17)	98	156	98	156
Depósitos judiciais (Nota 18)	180	184	180	184	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 11 (b))			78.367	
Depósitos e empréstimos compulsórios	64	38	64	38	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (Nota 18)	1.374	1.050	1.374	1.050
Intangível (Nota 13)	34.810	35.999	35.325	36.689	Partes relacionadas (Nota 26)	180.999	164.214	486.279	425.594
Imobilizado (Nota 14)	550.872	569.637	1.017.576	890.413	Provisão para passivo a descoberto (Nota 12)	56.626	6.829		
	<u>627.438</u>	<u>635.013</u>	<u>1.094.657</u>	<u>960.109</u>		<u>239.097</u>	<u>222.249</u>	<u>566.118</u>	<u>476.800</u>
						<u>413.702</u>	<u>317.732</u>	<u>970.984</u>	<u>710.290</u>
					Patrimônio líquido				
					Capital social (Nota 19 (a))	410.039	410.039	410.039	410.039
					Reservas de capital (Nota 19 (c))	12.768	12.713	12.768	12.713
					Ajustes de avaliação patrimonial (Nota 19 (g))	113.841	135.027	113.841	135.027
					Reservas de lucros (Nota 19 (e))	36.023	36.023	36.023	36.023
					Ações em tesouraria (Nota 19 (d))	(100)	(100)	(100)	(100)
					Prejuízos acumulados	(47.401)		(47.401)	
						<u>525.170</u>	<u>593.702</u>	<u>525.170</u>	<u>593.702</u>
Total do ativo	<u>938.872</u>	<u>911.434</u>	<u>1.496.154</u>	<u>1.303.992</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>938.872</u>	<u>911.434</u>	<u>1.496.154</u>	<u>1.303.992</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora				Consolidado			
	3T2015	AC2015	3T2014	AC2014	3T2015	AC2015	3T2014	AC2014
Operações continuadas								
Receita (Nota 20)	184.105	498.443	149.831	377.564	255.816	696.529	202.562	577.223
Custo das vendas (Nota 21)	(146.303)	(376.973)	(119.689)	(299.530)	(196.040)	(514.933)	(161.297)	(456.826)
Lucro bruto	37.802	121.470	30.142	78.034	59.776	181.596	41.265	120.397
Despesas com vendas (Nota 21)	(13.027)	(29.519)	(13.424)	(32.861)	(13.872)	(31.831)	(14.405)	(38.766)
Despesas administrativas (Nota 21)	(11.972)	(49.520)	(18.805)	(69.873)	(20.087)	(69.471)	(23.964)	(87.019)
Outras (despesas) receitas (Nota 21)	(198)	(488)	(175)	(516)	(199)	(489)	(331)	(661)
	(25.197)	(79.527)	(32.404)	(103.250)	(34.158)	(101.791)	(38.700)	(126.446)
Lucro (prejuízo) operacional	12.605	41.943	(2.262)	(25.216)	25.618	79.805	2.565	(6.049)
Receitas financeiras (Nota 22)	1.952	5.453	1.450	6.304	1.952	5.450	1.416	6.385
Despesas financeiras (Nota 22)	(42.482)	(75.284)	(14.217)	(38.031)	(45.145)	(82.551)	(11.129)	(48.222)
Despesas financeiras, líquidas	(40.530)	(69.831)	(12.767)	(31.727)	(43.193)	(77.101)	(9.713)	(41.837)
Participação nos lucros de controladas (Nota 12)	6.375	(36.293)	4.797	6.082				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(21.550)	(64.181)	(10.232)	(50.861)	(17.575)	2.704	(7.148)	(47.886)
Imposto de renda e contribuição social (Nota 23)	8.569	9.098	2.319	(4.134)	4.594	(57.787)	(765)	(7.109)
Prejuízo do período das operações continuadas	(12.981)	(55.083)	(7.913)	(54.995)	(12.981)	(55.083)	(7.913)	(54.995)
Prejuízo líquido do período	(12.981)	(55.083)	(7.913)	(54.995)	(12.981)	(55.083)	(7.913)	(54.995)
Prejuízo líquido por ação (básico e diluído)								
De operações continuadas (Nota 19 (f))	(0,16)	(0,69)	(0,10)	(0,69)	(0,16)	(0,69)	(0,10)	(0,69)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	<u>3T2015</u>	<u>AC2015</u>	<u>3T2014</u>	<u>AC2014</u>	<u>3T2015</u>	<u>AC2015</u>	<u>3T2014</u>	<u>AC2014</u>
Prejuízo líquido do período	<u>(12.981)</u>	<u>(55.083)</u>	<u>(7.913)</u>	<u>(54.995)</u>	<u>(12.981)</u>	<u>(55.083)</u>	<u>(7.913)</u>	<u>(54.995)</u>
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração de resultados								
Variação cambial de controlada localizada no exterior	<u>(13.183)</u>	<u>(13.504)</u>	<u>(1.147)</u>	<u>(610)</u>	<u>(13.183)</u>	<u>(13.504)</u>	<u>(1.147)</u>	<u>(610)</u>
Total do resultado abrangente do período	<u>(26.164)</u>	<u>(68.587)</u>	<u>(9.060)</u>	<u>(55.605)</u>	<u>(26.164)</u>	<u>(68.587)</u>	<u>(9.060)</u>	<u>(55.605)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais

	Atribuível aos acionistas da controladora											
	Capital Social	Custos de emissão	Reserva de Capital			Reservas de Lucros			Ações em tesouraria	Prejuízos acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Reserva de ágio			Opção de ações	Total	Reserva legal	Reserva para Investimentos	Total					
Em 1 de janeiro de 2014	422.269	(13.266)	10.865	1.560	12.425	11.086	86.597	97.683	(100)		146.539	665.550
Prejuízo líquido do período										(54.995)		(54.995)
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)											(610)	(610)
Total do resultado abrangente do período										(54.995)	(610)	(55.605)
Realização do custo atribuído (Nota 14)										11.644	(11.644)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 19)										(3.959)	3.959	
Total da realização do custo atribuído										7.685	(7.685)	
Pagamento baseado em ações (Nota 19)				254	254							254
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				254	254							254
Em 30 de setembro de 2014	422.269	(13.266)	10.865	1.814	12.679	11.086	86.597	97.683	(100)	(47.310)	138.244	610.199
Prejuízo líquido do período										(16.910)		(16.910)
Variação cambial de investidas no exterior											(657)	(657)
Total do resultado abrangente do período										(16.910)	(657)	(17.567)
Realização do custo atribuído										3.879	(3.879)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído										(1.319)	1.319	
Total da realização do custo atribuído										2.560	(2.560)	
Contribuições/distribuições aos acionistas:												
Pagamento baseado em ações			1	33	34							34
Emissão de ações	1.036											1.036
Transferência entre Reservas						(11.086)	(50.574)	(61.660)		61.660		
Total de contribuições/distribuições aos acionistas	1.036		1	33	34	(11.086)	(50.574)	(61.660)		61.660		1.070
Em 31 de dezembro de 2014	423.305	(13.266)	10.866	1.847	12.713		36.023	36.023	(100)		135.027	593.702
Prejuízo líquido do período										(55.083)		(55.083)
Variação cambial de investidas no exterior (Nota 12)											(13.504)	(13.504)
Total do resultado abrangente do período										(55.083)	(13.504)	(68.587)
Realização do custo atribuído (Nota 14)										11.641	(11.641)	
(-) Impostos s/ realização do custo atribuído (Nota 19)										(3.959)	3.959	
Total da realização do custo atribuído										7.682	(7.682)	
Pagamento baseado em ações (Nota 19)				55	55							55
Total de contribuições/distribuições aos acionistas				55	55							55
Em 30 de setembro de 2015	423.305	(13.266)	10.866	1.902	12.768		36.023	36.023	(100)	(47.401)	113.841	525.170

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do período	(55.083)	(54.995)	(55.083)	(54.995)
Ajustes:				
Depreciação do imobilizado	26.279	21.739	40.165	33.986
Amortização do intangível	1.189	3.201	1.600	3.533
Juros e variações monetárias	93.693	34.892	110.720	49.110
Valor residual do permanente baixado	1	220	1	378
Pagamento baseado em ações	55	254	55	254
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.322)	4.134	53.462	5.930
Constituição de provisão para contingências, líquido	455	165	455	(62)
Resultado de equivalência patrimonial	36.293	(6.082)		
Perda de valores ativos	140	3.364	405	3.446
	<u>90.700</u>	<u>6.892</u>	<u>151.780</u>	<u>41.580</u>
Variações nos ativos e passivos:				
(Acréscimo) decréscimo de contas a receber	(18.278)	33.101	(25.270)	23.429
(Acréscimo) decréscimo de estoques	7.135	(16.617)	6.597	(16.369)
(Acréscimo) decréscimo de tributos a recuperar	(9.382)	(9.283)	(9.422)	(8.755)
(Acréscimo) decréscimo de outros direitos realizáveis	(732)	14.194	(2.208)	7.138
Acréscimo (decréscimo) de fornecedores	(3.978)	(18.056)	179	(26.960)
Acréscimo (decréscimo) de encargos sociais e provisões trabalhistas	1.275	5.216	(439)	5.439
Acréscimo (decréscimo) de impostos, taxas e contribuições	2.903	(407)	1.366	370
Acréscimo (decréscimo) de outras exigibilidades	1.696	1.686	4.236	3.466
Caixa gerado nas operações	<u>71.339</u>	<u>16.726</u>	<u>126.819</u>	<u>29.338</u>
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:				
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(1.777)		(3.294)	(1.179)
	<u>(1.777)</u>		<u>(3.294)</u>	<u>(1.179)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>69.562</u>	<u>16.726</u>	<u>123.525</u>	<u>28.159</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(7.514)	(22.042)	(11.873)	(25.210)
Aquisição de intangível		(2.050)		(2.086)
Partes relacionadas		(743)		(153)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(7.514)</u>	<u>(24.835)</u>	<u>(11.873)</u>	<u>(27.449)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos e financiamentos		4.343		23.753
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(207.189)		(553.488)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – juros	(2.957)	(7.112)	(2.987)	(15.663)
Recebimento de mútuos – principal	4.066	192.312		511.438
Recebimento de mútuos - juros	309			
Pagamento de mútuos – principal	(50.290)		(99.000)	
Pagamento de mútuos - juros	(7.207)		(14.777)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(56.079)</u>	<u>(17.646)</u>	<u>(116.764)</u>	<u>(33.960)</u>
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa				
			3.273	335
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>5.969</u>	<u>(25.755)</u>	<u>(1.839)</u>	<u>(32.915)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período (Nota 6)	30.072	24.938	36.055	31.335
Caixa e equivalentes de caixa no início do período (Nota 6)	24.103	50.693	37.894	64.250
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>5.969</u>	<u>(25.755)</u>	<u>(1.839)</u>	<u>(32.915)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015 E 2014

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Receitas				
Vendas brutas de produtos	564.822	429.877	762.907	636.254
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(260)	(3.365)	(260)	(3.365)
	<u>564.562</u>	<u>426.512</u>	<u>762.647</u>	<u>632.889</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custo dos produtos vendidos	(430.845)	(355.776)	(564.236)	(515.390)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(8.223)	(15.938)	(4.492)	(9.242)
Recuperação de valores ativos		(517)	266	(662)
	<u>(439.068)</u>	<u>(372.231)</u>	<u>(568.462)</u>	<u>(525.294)</u>
Valor adicionado bruto	125.494	54.281	194.185	107.595
Depreciação e amortização	(27.468)	(24.940)	(41.765)	(37.519)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>98.026</u>	<u>29.341</u>	<u>152.420</u>	<u>70.076</u>
Resultado de equivalência patrimonial		7.706		
Reversão (provisão) para passivo a descoberto	(36.293)	(1.423)		
Receitas financeiras	5.495	6.304	5.542	6.385
	<u>(30.798)</u>	<u>12.587</u>	<u>5.542</u>	<u>6.385</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>67.228</u>	<u>41.928</u>	<u>157.962</u>	<u>76.461</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	53.405	54.214	68.885	65.894
Salários e encargos	37.269	36.131	49.964	44.695
Honorários de diretoria	2.155	6.144	2.155	6.144
Benefícios	6.681	5.970	7.835	7.529
Encargos trabalhistas e previdenciários	7.300	5.969	8.931	7.526
Impostos, taxas e contribuições	(8.605)	10.439	58.801	16.193
Tributos Federais	(8.689)	10.416	58.166	14.250
Tributos Estaduais	26	2	26	1.424
Tributos Municipais	58	21	609	519
Remuneração de capitais de terceiros	77.511	32.270	85.359	49.369
Juros e variações cambiais	75.027	30.800	82.636	47.295
Aluguéis	2.484	1.470	2.723	2.074
Remuneração de capitais próprios	(55.083)	(54.995)	(55.083)	(54.995)
Prejuízos retidos	<u>(55.083)</u>	<u>(54.995)</u>	<u>(55.083)</u>	<u>(54.995)</u>
Valor adicionado distribuído	<u>67.228</u>	<u>41.928</u>	<u>157.962</u>	<u>76.461</u>

(*) A demonstração de valor adicionado consolidada não é parte das informações trimestrais consolidadas conforme IFRS.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIA PROVIDÊNCIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2015

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Providência Indústria e Comércio (a “Companhia”), com sede em São José dos Pinhais, estado do Paraná e sua controlada tem por objeto social a fabricação e comercialização de produtos plásticos em geral, dentre eles tecido não-tecido (“*nonwoven*”), resultantes da transformação de polipropileno da marca KAMI.

Visando integrar os negócios, buscando a maximização de sinergias e a racionalização das atividades com consequente redução de custos administrativos e operacionais, em 30 de abril de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou o Protocolo e Justificação para a incorporação da controlada Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. Sendo assim, em 30 de abril de 2014, a totalidade do acervo líquido da Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. foi incorporada pela Companhia Providência Indústria e Comércio.

Após a incorporação a Companhia passou a ter uma filial em Pouso Alegre, estado de Minas Gerais e uma subsidiária em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos.

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 12 de novembro de 2015.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

2.2 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando-se o custo histórico como base de valor e ajustadas com o objetivo de refletir os ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do período, bem como o custo atribuído de terrenos, de edificações e de máquinas e equipamentos na data de transição para IFRS/CPCs.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da mesma e de sua controlada. As áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Providência Indústria e Comércio e sua controlada Providência USA.

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Controlada é a entidade na qual a Companhia tem o poder de determinar políticas financeiras e operacionais, cuja participação é de mais da metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados ao se avaliar quando a Companhia controla outra entidade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras da controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Providência USA, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada e nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC/IFRS com vigência a partir de 2015 que, eventualmente, pudessem causar um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, a Diretoria Executiva, sendo esta responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e de sua controlada.

Tendo em vista que o único produto comercializado pela Companhia e sua controlada é o não-tecido e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Administração concluiu que a Companhia e sua controlada têm somente um segmento passível de apresentação.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados e usa-se a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (a moeda funcional). As demonstrações financeiras estão apresentadas na moeda R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e do consolidado.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado do período como receita ou despesa financeira.

(c) Empresas consolidadas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira da controlada localizada nos Estados Unidos utilizam moeda funcional diferente da moeda de apresentação, portanto são convertidos na moeda de apresentação, conforme segue:

- (i) Os saldos dos ativos e passivos apresentados em cada balanço patrimonial são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;

- (ii) As receitas e despesas apresentadas na demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias, considera-se que essas médias representam razoável proximidade do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos a curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e que são prontamente conversíveis em um montante de caixa conhecido.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A Companhia e sua controlada não possuem ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são derivativos contratados para a manutenção em carteira até o vencimento, designados como *hedge* (um instrumento de proteção). Os ativos e passivos dessa categoria são classificados como ativos e passivos circulantes.

(b) Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos e compreendem “Contas a receber e outros direitos realizáveis”, com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço, os quais são classificados como ativos não circulantes.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “Receitas financeiras e despesas financeiras” no período em que ocorrem.

2.6.3 *Impairment* de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia e sua controlada avaliam na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou um grupo de ativos financeiros encontra-se deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua controlada usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia e sua controlada, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso o valor da perda por *impairment* em um período subsequente diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e, subsequentemente, são remensurados ao seu valor justo com as suas devidas variações lançadas contra resultado.

Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de *hedge* (*hedge accounting*).

Os valores justos dos instrumentos derivativos estão divulgados na Nota 7.

2.8 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia e de sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para crédito de liquidação duvidosa (*impairment*) estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

O valor presente é calculado com base em taxas praticadas no mercado (CDI - Certificado de Depósito Interbancário), a qual em 30 de setembro de 2015 correspondia, em média, a 14,13% a.a. (11,57% a.a. em 31 de dezembro de 2014).

2.9 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização. O custo é determinado utilizando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e custos gerais de produção relacionados (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é apurado na aquisição ou na subscrição de capital em outra sociedade, representado pelo valor do custo de aquisição do investimento que superar o valor da equivalência patrimonial, calculada a partir do percentual de aquisição ou subscrição sobre o valor do patrimônio líquido da sociedade investida.

Segundo a deliberação CVM nº 553 de 12 de novembro de 2008, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Ativos Intangíveis, a partir de 1º de janeiro de 2009, a Companhia deixou de amortizar contabilmente os ágios decorrentes dos investimentos adquiridos. Tendo em vista que os referidos ágios continuam sendo amortizados para fins tributários, constituiu-se os correspondentes efeitos tributários diferidos sobre a parcela de amortização excluída fiscalmente.

O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*).

(b) Softwares

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e sua controlada e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas.

Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 13.

2.11 Imobilizado

Terrenos, edifícios e construções, máquinas e equipamentos, instalações industriais, móveis e utensílios, compreendem principalmente fábricas e escritórios e são demonstrados pelo custo histórico de aquisição, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, somados ao custo atribuído em 1º de janeiro de 2009.

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado, os quais são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos outros ativos é calculada usando-se o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis estão demonstradas na Nota 14.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável caso o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e reconhecidos em “outras despesas” na demonstração do resultado.

2.12 *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar uma eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). O imobilizado e outros ativos não financeiros são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis (*impairment*), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando esse for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa efetiva de juros. Na prática, as contas a pagar aos fornecedores são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.14 Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e sua controlada tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.15 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e é considerada provável, com base em seus assessores jurídicos, que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem tanto os impostos correntes quanto os diferidos, e são calculadas com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável no Brasil. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais do imposto de renda, base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apurados através das alíquotas de 15% (além dos 10% adicionais, quando aplicável) e 9%, respectivamente no Brasil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Sendo assim, para dar suporte ao reconhecimento, a Administração elabora em cada exercício um estudo de aproveitamento desses tributos, baseado em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

2.17 Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia e sua controlada oferecem aos empregados um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida (Nota 24), cujo objetivo é proporcionar a acumulação de recursos que poderão ser transformados em renda mensal, com o intuito de complementar o benefício oferecido pela Previdência Social. O plano possui contribuições voluntárias dos participantes, via desconto em folha de pagamento, e também contribuições da empresa cuja contabilização é registrada no resultado no grupo de despesas com pessoal em contrapartida no Passivo Circulante.

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece aos executivos e determinados empregados um plano de remuneração com base em ações (“*Stock Options*”), devidamente aprovado pelo Conselho de Administração (Nota 19.b), segundo o qual a Companhia recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. Conforme o CPC10 (R1)- Pagamentos Baseados em Ações, o prêmio dessas ações, calculado na data da outorga, é reconhecido como despesa em contrapartida ao patrimônio líquido, durante o período de carência à medida que os serviços são prestados.

(c) Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos resultados em regime de competência, de acordo com a política de remuneração definida.

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquido de impostos.

2.19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do consolidado. O reconhecimento é feito quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. Portanto o critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que os produtos são entregues ao comprador.

2.20 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.21 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.22 Divulgação das normas publicadas ainda não vigentes

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9, que estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos seus respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, a Companhia e sua controlada testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.12. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 13).

A Administração acredita que eventuais alterações adicionais nas principais premissas sobre as quais os valores recuperáveis são baseados não fariam com que o seu valor contábil ultrapassasse o seu valor recuperável.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações contábeis e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. Também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Os impostos diferidos ativos são revisados regularmente quanto a sua possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros é avaliado por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado bem como a seleção de métodos de avaliação requerem um julgamento considerável e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Consequentemente, as estimativas apresentadas na Nota 7 não indicam necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

(d) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia e sua controlada são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 18. Desta forma, são constituídas provisões para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia e sua controlada acreditam que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual do Paraná e sua filial em Pouso Alegre-MG possui incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Minas Gerais. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados.

Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia consultou seus assessores jurídicos, os quais emitiram parecer sobre o tema, a partir do qual entende-se não haver passivo a ser registrado.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle que estabelecem limites de exposição cambial e de juros bem como definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos são apresentadas e avaliadas pelo Conselho de Administração.

Dentre os procedimentos definidos pela política vigente, a Companhia possui rotinas mensais que permitem projetar e avaliar a exposição cambial, já que possui operações e dívida com partes relacionadas e está exposta a esses riscos.

(a) Risco de mercado

(i) Risco de câmbio e taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas a riscos de mercado relacionados a mudanças adversas nas taxas de juros e taxas de câmbio. Cerca de 6,3% do endividamento estava originalmente indexado com base na moeda local com taxa fixa de 8% a.a., porém, conforme demonstrado na Nota 7, foi contratado *swap* que expôs tal parcela da dívida ao indexador CDI, portanto sujeita a taxas de juros variáveis. O resultado financeiro é parcialmente afetado pelas mudanças na taxa básica de juros da economia (SELIC).

O restante do endividamento, representando 93,7%, está indexado à moeda estrangeira e à taxa variável (LIBOR), sendo que todas as captações em moeda estrangeira foram feitas junto à Chicopee, Inc. e Polymer Group Holdings C.V.. Parte significativa das receitas (28%) advém das vendas em mercados externos ao Brasil e está igualmente exposta a variações na taxa de câmbio.

Os instrumentos financeiros estão registrados aos valores de custo amortizado, os quais se aproximam dos valores justos.

A tabela a seguir demonstra a exposição cambial da Companhia.

	Consolidado			
	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	R\$ mil	USD mil	R\$ mil	USD mil
Ativo:				
Contas a receber	94.431	23.769	52.225	19.653
Passivo:				
Fornecedores	(3.789)	(954)	(6.611)	(2.488)
Partes relacionadas – Mútuos	<u>(758.360)</u>	<u>(190.883)</u>	<u>(586.215)</u>	<u>(220.597)</u>
Posições passivas	<u>(762.149)</u>	<u>(191.837)</u>	<u>(592.826)</u>	<u>(223.085)</u>
Total exposto	<u><u>(667.718)</u></u>	<u><u>(168.068)</u></u>	<u><u>(540.601)</u></u>	<u><u>(203.432)</u></u>

A Companhia possui investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.

Sensibilidade à taxa de câmbio - Apresentamos no quadro a seguir os impactos de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável da taxa do dólar para cada instrumento financeiro exposto:

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Taxas	Dólar	1,9750	2,9625	3,9500	4,9375	5,9250
Contas a receber	Dólar	(47.488)	(24.016)	(544)	22.927	46.399
Partes relacionadas – Mútuo	Dólar	381.366	192.868	4.371	(184.126)	(372.623)
Fornecedores	Dólar	<u>1.905</u>	<u>964</u>	<u>22</u>	<u>(920)</u>	<u>(1.862)</u>
Ganho (perda)		<u><u>335.783</u></u>	<u><u>169.816</u></u>	<u><u>3.849</u></u>	<u><u>(162.119)</u></u>	<u><u>(328.086)</u></u>

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das informações financeiras, conforme requerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial em 30 de setembro de 2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Sensibilidade à taxa de juros – Apresentam-se no quadro a seguir os impactos dos juros no resultado de uma variação de 25% e 50% sob o cenário provável dos indexadores (CDI/LIBOR6) no período de 12 meses:

	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Taxas do indexador	CDI/Selic	7,13%	10,69%	14,25%	17,81%	21,38%
Taxas do indexador	LIBOR6	0,27%	0,40%	0,54%	0,67%	0,80%
Aplicações financeiras	CDI/Selic	2.214	3.376	4.577	5.816	7.097
Partes relacionadas – Mútuos	LIBOR6	(9.737)	(10.418)	(10.968)	(11.510)	(12.056)
Perda		<u>(7.523)</u>	<u>(7.042)</u>	<u>(6.391)</u>	<u>(5.694)</u>	<u>(4.959)</u>

(ii) Operações com derivativos

A Companhia e sua controlada possuem operações no mercado externo e estão expostas a riscos de mercado provenientes de mudanças nas cotações das moedas estrangeiras e das taxas de juros. A exposição ao risco decorrente de futuros pagamentos em moeda local dos passivos atrelados ao câmbio é protegida, em grande parte, pela carteira de contas a receber de clientes no mercado externo, oriundas das vendas operacionais destinadas à exportação ou realizadas pela Providencia USA Inc.

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração da Companhia, uma situação considerada possível de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco:

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade

Operação	Risco	(-) 50%	(-) 25%	Cenário provável	(+) 25%	(+) 50%
Swap Pré x CDI	Alta do CDI	(661)	(1.081)	(1.497)	(1.891)	(2.268)
Ganho (perda)		<u>(661)</u>	<u>(1.081)</u>	<u>(1.497)</u>	<u>(1.891)</u>	<u>(2.268)</u>

Para determinação dos valores no quadro de análise de sensibilidade, considerou-se a variação do CDI. Com base nessas taxas aplicaram-se os percentuais de deterioração de acordo com cada cenário, projetados os fluxos até o vencimento das operações e descontados até a data de encerramento do balanço.

A Companhia avalia seu contrato de instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das informações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Baseado na posição patrimonial e no valor *notional* dos instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas são próximas às descritas anteriormente.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia não possuía contratos de derivativos exóticos em aberto, nem possuía em outros períodos.

(b) Risco de crédito

A política de vendas está intimamente associada à Política de Crédito instituída em relação ao risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, limites individuais de posição e garantias exigidas são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com perda no valor recuperável pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Contas a receber: O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia para este fim. Os limites de créditos são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os valores classificados no **Grupo 1** referem-se a clientes sem inadimplência no passado. Os valores classificados no **Grupo 2** referem-se a clientes com alguma inadimplência no passado, ou seja, aqueles que em algum momento figuraram dentro dos critérios de constituição de provisão para devedores duvidosos.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber de clientes (líquido de PDD)				
Grupo 1	146.650	117.056	207.128	158.626
Grupo 2	7.572	7.629	7.572	7.629
	<u>154.222</u>	<u>124.685</u>	<u>214.700</u>	<u>166.255</u>

Caixa e equivalentes de caixa: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria de acordo com a política estabelecida.

Conta corrente, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
brAAA	10.068	18.820	10.068	18.844
brAA+	11.986	4	11.986	4
brAA	7.910		7.910	
brA+f		5.258		5.258
AA-				13.766
A+			5.983	
BB+	35		35	
	<u>29.999</u>	<u>24.082</u>	<u>35.982</u>	<u>37.872</u>

Fonte: Standard & Poor's e Fitch Ratings

(c) Risco de liquidez

A previsão de Fluxo de Caixa é realizada nas entidades operacionais e consolidado pelo departamento de Finanças. O gerenciamento de risco de liquidez da Companhia e sua controlada de forma consolidada é de responsabilidade de seus executivos, que monitoram as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que elas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

A tabela abaixo analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos do consolidado (Companhia e sua controlada) e os ativos e passivos financeiros derivativos a liquidar, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise caso seus vencimentos contratuais sejam essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 30 de setembro de 2015						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	30.072					30.072
Contas a receber de clientes	136.727	6.598	1.138	9.759		154.222
Depósitos judiciais				180		180
	<u>166.799</u>	<u>6.598</u>	<u>1.138</u>	<u>9.939</u>		<u>184.474</u>
Passivo						
Fornecedores	(20.346)	(3.150)	(1.085)			(24.581)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.406)					(1.406)
Partes relacionadas - I/C						
- Pós-fixadas	(62)	(4.136)	(28.647)	(65.234)	(46.416)	(144.495)
- Pré-fixadas			(42.919)	(80.282)		(123.201)
Empréstimos e financiamentos		(993)	(50.993)			(51.986)
- Pré-fixadas	(21.814)	(8.279)	(123.644)	(145.516)	(46.416)	(345.669)
	<u>144.985</u>	<u>(1.681)</u>	<u>(122.506)</u>	<u>(135.577)</u>	<u>(46.416)</u>	<u>(161.195)</u>

	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Em 30 de setembro de 2015						
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	36.055					36.055
Contas a receber de clientes	187.261	13.461	3.018	10.960		214.700
Depósitos judiciais				180		180
	<u>223.316</u>	<u>13.461</u>	<u>3.018</u>	<u>11.140</u>		<u>250.935</u>
Passivo						
Fornecedores	(41.123)	(3.151)				(44.274)
Instrumentos financeiros derivativos	1.406					1.406
Partes relacionadas - I/C						
- Pós-fixadas	(21.577)	(28.562)	(192.872)	(319.264)	(72.214)	(634.489)
- Pré-fixadas	(5)	(9)	(42.963)	(80.509)	(36.713)	(160.199)
Empréstimos e financiamentos		(993)	(50.993)			(51.986)
- Pré-fixadas	(61.299)	(32.715)	(286.828)	(399.773)	(108.927)	(889.542)
	<u>162.017</u>	<u>(19.254)</u>	<u>(283.810)</u>	<u>(388.633)</u>	<u>(108.927)</u>	<u>(638.607)</u>

As taxas correspondentes às partes relacionadas estão detalhadas na nota explicativa 26 e as taxas relacionadas aos empréstimos e financiamentos estão detalhadas na nota explicativa 16.

Os instrumentos derivativos são administrados com base no valor justo líquido. Este compreende os contratos de *swap* de taxa de juros, utilizado pela Companhia para administrar o perfil da taxa de juros do consolidado.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia e sua controlada ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações para oferecer retorno aos seus acionistas, garantia às demais partes interessadas e para manter uma adequada estrutura de capital.

A administração do capital é monitorada, entre outros indicadores, por meio do índice de dívida/capitalização, cuja meta é manter uma razão menor ou igual a 0,65. Em 30 de setembro de 2015, essa relação apresentou o resultado de 0,61 (0,52 em 31 de dezembro de 2014), demonstrando que a estrutura de capital da Companhia está sendo mantida dentro dos limites estabelecidos. O quadro a seguir demonstra o cálculo do índice dívida/capitalização:

	Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Dívida total (*)	809.043	636.911
Patrimônio líquido	525.170	593.702
Capitalização	<u>1.334.213</u>	<u>1.230.613</u>
Dívida total / capitalização	0,61	0,52

(*) Compreendido pelos empréstimos e financiamentos e partes relacionadas

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado e disponível para a Companhia e sua controlada para instrumentos financeiros similares conforme demonstrado na Nota 16.

Conforme determina o CPC40(R1)/IFRS 7, a Companhia deve classificar seus instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, seguindo-se a seguinte hierarquia de técnicas de avaliação:

Nível 1 - preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos (item não é aplicado à Companhia em 30 de setembro de 2015);

Nível 2 - informações diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e,

Nível 3 - técnicas que usam dados com efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado (item não aplicado à Companhia em 30 de setembro de 2015).

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa, bancos e aplicações financeiras	30.072	24.103	36.055	37.894
	<u>30.072</u>	<u>24.103</u>	<u>36.055</u>	<u>37.894</u>
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis:				
Contas a receber de clientes	154.222	124.685	214.700	166.255
Partes relacionadas		4.288		
Depósitos judiciais	180	184	180	184
	<u>154.402</u>	<u>129.157</u>	<u>214.880</u>	<u>166.439</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos		990		990
		<u>990</u>		<u>990</u>
Total dos ativos	<u>184.474</u>	<u>154.250</u>	<u>250.935</u>	<u>205.323</u>
Passivos financeiros				
Avaliados ao custo amortizado:				
Fornecedores	24.581	28.057	44.274	40.634
Empréstimos e financiamentos	50.683	50.696	50.683	50.696
Partes relacionadas – Mútuo	249.827	206.019	758.360	586.215
	<u>325.091</u>	<u>284.772</u>	<u>853.317</u>	<u>677.545</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Instrumentos derivativos	1.406	2.481	1.406	2.481
	<u>1.406</u>	<u>2.481</u>	<u>1.406</u>	<u>2.481</u>
Total dos passivos	<u>326.497</u>	<u>287.253</u>	<u>854.723</u>	<u>680.026</u>

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da conta “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa em poder da Companhia e sua controlada. O saldo dessa conta no final do período, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Recursos em caixa	73	21	73	22
Recursos em bancos	2.705	2.701	8.688	16.491
Fundos de investimentos financeiros de curto prazo	27.294	21.381	27.294	21.381
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>30.072</u>	<u>24.103</u>	<u>36.055</u>	<u>37.894</u>

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por fundos de investimento financeiro, cujas carteiras são basicamente compostas por aplicações em títulos públicos federais, operações compromissadas e certificados de depósito bancário, remuneradas a 102% (102% em 31 de dezembro de 2014), em média, da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI - e possuem liquidez imediata. A Companhia e sua controlada não possuem aplicações em fundos de investimento exclusivos.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado			
	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Swaps de taxa de juros (a)		(1.406)		(2.481)
Contratos de câmbio a termo			643	
Contratos de opção de dólar			347	
Parcela circulante		<u>(1.406)</u>	<u>990</u>	<u>(2.481)</u>

O valor justo das operações com derivativos foi calculado pela Companhia e sua controlada e representa o valor de mercado para a reversão das operações na data de encerramento do período. Dessa forma, o valor justo apurado é válido somente para as datas das informações trimestrais consolidadas, sendo passível de alteração subsequente em função de alterações nas variáveis de mercado em datas posteriores, principalmente, com relação à variação nas taxas de câmbio.

As operações de derivativos financeiros contratadas pelas empresas consolidadas não demandam margens em garantia, apenas sendo realizados ajustes de valores, a crédito ou a débito, nas datas pactuadas.

(a) *Swap* de taxas de juros - *Pré x CDI*:

Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 30 de setembro de 2015, correspondem a R\$ 49.462 (R\$ 48.444 em 31 de dezembro de 2014).

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas (taxas de juros em CDI) decorrentes de empréstimos e financiamentos, a Companhia contratou operações de *swap*, negociadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros e registrados na CETIP, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Banco Itaú: R\$ 50 milhões - posição ativa em R\$ + 8,00% a.a. e passiva em 98,7% do CDI a.a., com vencimentos trimestrais até fevereiro de 2016.

8 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber de clientes no mercado interno	83.827	81.173	129.242	110.434
Contas a receber de clientes no mercado externo	79.368	52.225	94.431	64.534
Provisão para devedores duvidosos no mercado interno	(8.425)	(8.366)	(8.425)	(8.366)
Provisão para devedores duvidosos no mercado externo	(548)	(347)	(548)	(347)
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>154.222</u>	<u>124.685</u>	<u>214.700</u>	<u>166.255</u>
Parcela no circulante	154.222	124.685	214.700	166.255

Em 30 de setembro de 2015, o prazo médio de recebimento das vendas é de 67 dias (61 dias em 31 de dezembro de 2014). A Companhia e sua controlada constituem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber de clientes no mercado interno vencidas há mais de 90 dias. Para as contas a receber de clientes no mercado externo a provisão para créditos de liquidação duvidosa depende da análise da situação financeira atual e o ambiente econômico e político do país em que cada devedor se encontra.

A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
A vencer	145.700	119.641	196.235	158.830
Vencidos até 60 dias	6.598	4.988	13.461	7.239
Vencidos entre 61 e 90 dias	1.138	211	3.017	330
Vencidos há mais de 90 dias	9.759	8.558	10.960	8.569
Total	<u>163.195</u>	<u>133.398</u>	<u>223.673</u>	<u>174.968</u>
Provisão para devedores duvidosos	<u>(8.973)</u>	<u>(8.713)</u>	<u>(8.973)</u>	<u>(8.713)</u>
Total	<u>154.222</u>	<u>124.685</u>	<u>214.700</u>	<u>166.255</u>

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo anterior	(8.713)	(2.690)	(8.713)	(5.218)
Provisão para devedores duvidosos	(590)	(4.300)	(590)	(4.395)
Incorporação ISOFILME		(2.521)		
Valores não usados, estornados	330	798	330	900
Saldo final	(8.973)	(8.713)	(8.973)	(8.713)

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do período como “Despesas com vendas”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima.

9 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Matérias-primas	7.085	6.562	10.942	8.783
Matérias-primas auxiliares	10.229	9.754	12.459	10.784
Produtos em elaboração	1.056	3.466	1.376	6.245
Produtos acabados	25.968	31.643	31.292	36.742
Material de almoxarifado	16.626	15.493	22.496	18.489
Mercadorias em trânsito	1.306	2.487	1.059	2.487
Total	62.270	69.405	79.624	83.530

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

10 TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora			
	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	17.274	12.435	8.930	12.400
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	8.848		9.409	
Contribuição para Fins da Seguridade Social – COFINS	22.293	4.817	21.483	4.817
Programa de Integração Social – PIS	4.918	1.049	4.739	1.050
Antecipações de IR e CS	3.315		1.402	
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.874	449	3.434	448
Total	60.522	18.750	49.397	18.715

	Consolidado			
	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Ativo circulante	Realizável a longo prazo	Ativo circulante	Realizável a longo prazo
Impostos/Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	17.274	12.435	8.930	12.400
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	8.848		9.409	
Contribuição para Fins da Seguridade Social – COFINS	22.293	4.817	21.483	4.817
Programa de Integração Social – PIS	4.918	1.049	4.739	1.050
Antecipações de IR e CS	5.241		1.402	
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	3.875	449	3.434	448
Total	62.449	18.750	49.397	18.715

Os créditos de ICMS de curto prazo são decorrentes das compras de matérias primas destinadas a produção para atender ao mercado externo. A Companhia tem como procedimento abrir processos de homologação/habilitação junto ao Estado do Paraná, para posteriormente negociá-los (venda) e/ou utilizá-los como parte de pagamento da fatura de energia elétrica.

Os créditos de ICMS de longo prazo são decorrentes da compra de bens para o ativo imobilizado que tem a sua realização em 48 meses, conforme regulamento vigente.

Em 2014 foram publicados o Decreto 8304/2014 e Portaria n. 428/2014, que regulamentam a aplicação do Reintegra e alíquota do benefício com vigência a partir de 1º de outubro de 2014. No trimestre findo em 30 de setembro de 2015 foi registrado o montante de R\$ 2.217, perfazendo o total de R\$ 16.138 acumulado, o qual está registrado nas rubricas de PIS e COFINS e será utilizado para compensação de outros tributos federais.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS ATIVOS E PASSIVOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferido ativo

A Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei 11.941/09, por meio do qual as apurações do Imposto sobre a Renda (IRPJ), da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, vigentes em 31 de dezembro 2007. Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis advindas da lei 11.638/07 e da Lei 11.941/09, foram registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, quando aplicáveis, em conformidade com a Instrução CVM nº 371. A Companhia consignou a referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) em 30 de junho de 2011.

A Companhia fez opção referente a Lei 12.973/2014 e pela aplicação das disposições contidas nos arts. 1 e 2, 4 a 70, 76 a 92 em 24/02/2015 ao entregar a DCTF (Declaração de Débitos e Créditos de Tributos Federais).

A Lei nº 12.973, publicada no dia 14 de maio de 2014, converteu em lei o disposto na Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013. A Referida lei traz profundas alterações na legislação tributária, em especial com relação à adequação das normas tributárias às novas regras contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que aproximou as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais IFRS – International Financial Reporting Standards.

As alterações trazidas pela Lei nº 12.973/2014 trouxeram modificações na determinação da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”), Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) e Contribuições para o Programa de Integração Social (“PIS”) e para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”).

A Companhia elaborou estudos dos possíveis efeitos da Lei 12.973/14, que poderiam advir da aplicação desta nova norma e concluiu que não há efeitos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

Os saldos acumulados dos impostos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são como segue:

	Controladora	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Imposto de renda e contribuição social (IR e CS) ativo		
Prejuízos fiscais acumulados*	229.629	233.715
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Crédito de IR e CS diferido sobre prejuízos fiscais	78.074	79.463
Crédito de IR e CS diferido sobre ágio na incorporação reversa	23.646	37.834
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo	<u>101.720</u>	<u>117.297</u>
IR e CS passivo		
Custo atribuído ao ativo imobilizado	(197.377)	(209.020)
Diferenças temporárias líquidas**	(34.852)	(105.265)
	<u>(232.229)</u>	<u>(314.285)</u>
Alíquota de IR e CS	34%	34%
Débito de IR e CS diferidos sobre custo atribuído	(58.057)	(71.067)
Débito de IR e CS diferidos sobre diferenças temporárias	(20.901)	(35.790)
Total de imposto de renda e contribuição social diferido passivo	<u>(78.958)</u>	<u>(106.857)</u>
Total de imposto de renda e contribuição social diferido ativo líquido	<u>22.762</u>	<u>10.440</u>

* No período findo em 30 de setembro de 2015, foi utilizado o saldo de IR e CS diferidos no Balanço Patrimonial no valor de R\$ 1.389, considerando uma redução de R\$ 4.086 no saldo de prejuízos fiscais acumulados. O valor dos créditos do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos não contabilizados em 30 de setembro de 2015 foi de R\$ 31.902, correspondentes aos prejuízos fiscais no valor de R\$ 93.829.

** O saldo das diferenças temporárias líquidas é composto basicamente por: depreciação devido à revisão das vidas úteis do ativo imobilizado (lei 11.638,

art.1º, § 7º), provisão para devedores duvidosos, provisão para participações nos resultados e variações cambiais.

	Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Total de imposto de renda diferido ativo - Controladora	22.762	10.440
Controlada:		
Prejuízos fiscais acumulados		75.023
Diferenças temporárias líquidas		(71.393)
Total de imposto de renda diferido ativo – Controlada		3.630
Total de imposto de renda diferido ativo - Consolidado	22.762	14.070

Composição por ano de realização do imposto de renda e contribuição social diferido ativo:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Até dezembro de 2015	4.613	20.190	4.613	23.820
De janeiro de 2016 até dezembro de 2016	22.321	22.321	22.321	22.321
De janeiro de 2017 até dezembro de 2017	8.406	8.406	8.406	8.406
De janeiro de 2018 até dezembro de 2018	9.410	9.410	9.410	9.410
De janeiro de 2019 até dezembro de 2024	56.970	56.970	56.970	56.970
	101.720	117.297	101.720	120.927

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente e leva-se em consideração a realização provável desses tributos com base em projeções de resultados futuros, fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações e que foram aprovados pelo Conselho de Administração.

Em fevereiro de 2007 a Companhia incorporou a Alnilan S.A., empresa “veículo” utilizada na aquisição da Companhia Providência Indústria e Comércio, a qual possuía em seus registros ágio decorrente dessa aquisição. Visando preservar o fluxo de dividendos dos acionistas controladores e minoritários, de acordo com as instruções CVM nº 319/99 e 349/2001, quando da abertura de capital, em julho de 2007, a Companhia registrou provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido. O ágio e a provisão foram amortizados linearmente à taxa de 10% a.a. até 31 de dezembro de 2008.

Em função das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, a partir de 1º de janeiro de 2009, os valores do ágio gerado na incorporação e da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido deixaram de ser amortizados de forma sistemática. Sendo assim, o valor correspondente ao benefício fiscal de IR e CS diferidos sobre sua futura amortização fiscal foi classificado como IR e CS diferido ativo, no valor de R\$ 23.646 (R\$ 37.834 em 31 de dezembro de 2014).

b) Imposto de renda e contribuição social diferido passivo

O montante registrado a título de impostos diferidos passivos é reconhecido para fazer frente à realização das diferenças temporárias, oriundas principalmente de depreciação fiscal acelerada da controlada, líquido dos prejuízos fiscais acumulados. Para maiores informações, vide nota explicativa 23.

	Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Prejuízos fiscais acumulados	(31.827)	
Diferenças temporárias líquidas	110.194	
Total de imposto de renda diferido passivo líquido – Controlada e Consolidado	78.367	

12 PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Em 8 de agosto de 2008 foi constituída a controlada direta Providencia USA Inc., domiciliada em Statesville, estado da Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América, cujo objeto social é a produção e comercialização de não-tecido (“*nonwoven*”). Em 30 de setembro de 2015, a Companhia detém a totalidade das ações do capital social compreendido por 1.000 ações.

Segue abaixo as principais informações financeiras da controlada direta:

30 de setembro de 2015	Ativo	Passivo	Receita	Prejuízo
Providencia USA Inc.	558.583	(615.209)	194.901	(36.293)
				<u>(36.293)</u>

31 de dezembro de 2014	Ativo	Passivo	Receita	Lucro
Isofilme Ltda.				7.706
Providencia USA Inc.	397.341	(404.170)	206.108	1.278
				<u>8.984</u>

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a controlada apresentava passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo), e foi constituída a respectiva provisão conforme apresentada no passivo não circulante no balanço patrimonial da controladora sob a rubrica “Provisão para passivo a descoberto” e computada da seguinte forma:

	Controlada	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Provisão para passivo a descoberto	(56.626)	(6.829)

Durante o período findo em 30 de setembro de 2015, a Companhia registrou despesa de equivalência patrimonial para a controlada Providencia USA Inc. no montante de R\$ 36.293 no resultado (receita de R\$ 6.082 em 30 de setembro de 2014) e registrou despesa decorrente de variação cambial sobre investimento no exterior de R\$ 13.504 (despesa de R\$ 610 em 30 de setembro de 2014), na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido.

Movimentação do investimento

	Controladora			
	31 de dezembro de 2014	Equivalência patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	30 de setembro de 2015
Providencia USA Inc.	(6.829)	(36.293)	(13.504)	(56.626)

Os ajustes resultantes do processo de conversão das demonstrações financeiras da Providencia USA Inc., originalmente preparados em moeda estrangeira (dólar norte-americano) e convertidos para o Real, foram registrados como ajuste acumulado de conversão na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

13 INTANGÍVEL

(a) Composição

	Controladora			Consolidado		
	Softwares	Ágio	Total	Softwares	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2013	6.984		6.984	7.997	33.133	41.130
Custo corrigido	23.602	39.759	63.361	5.442	39.759	45.201
Amortização acumulada	(18.850)	(6.626)	(25.476)		(6.626)	(6.626)
Baixas	(1.886)		(1.886)	(1.886)		(1.886)
Em 31 de dezembro de 2014	2.866	33.133	35.999	3.556	33.133	36.689
Custo corrigido	21.717	39.759	61.476	25.155	39.759	64.914
Amortização acumulada	(20.040)	(6.626)	(26.666)	(22.963)	(6.626)	(29.589)
Em 30 de setembro de 2015	1.677	33.133	34.810	2.192	33.133	35.325

(b) Movimentação do ativo intangível

	Controladora			Consolidado		
	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Ágio	Total
Em 31 de dezembro de 2013	6.984		6.984	7.997	33.133	41.130
Adições	2.234		2.234	2.270		2.270
Amortizações	(4.315)		(4.315)	(4.758)		(4.758)
Baixas	(2.037)		(2.037)	(2.037)		(2.037)
Variação cambial				84		84
Incorporação Isofilme	36	39.759	39.795			
Amortização Incorporação Isofilme	(36)	(6.626)	(6.662)			
Em 31 de dezembro de 2014	2.866	33.133	35.999	3.556	33.133	36.689
Adições						
Amortizações	(1.189)		(1.189)	(1.600)		(1.600)
Baixas						
Variação cambial				236		236
Em 30 de setembro de 2015	1.677	33.133	34.810	2.192	33.133	35.325

Em janeiro de 2008, a controladora direta Providência Participações Ltda. foi incorporada pela sua controlada (incorporação reversa) Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. (“Isofilme”). O ágio que a Providência Participações Ltda. possuía em seus registros, decorrente da aquisição da Isofilme, vinha sendo amortizado linearmente à taxa de 20% a.a., com base na expectativa de rentabilidade futura, suportada em relatório de avaliação econômica elaborado por empresa especializada que utilizou taxa de desconto real de 9,60% a.a. A partir de 1º de janeiro de 2009, o referido ágio deixou de ser amortizado contabilmente de forma sistemática ao resultado, estando somente sujeito à análise do valor de recuperação nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Ainda em decorrência da incorporação reversa, o ágio está registrado em conta específica no ativo intangível da Companhia e não está sujeito à provisão para a integridade do patrimônio líquido prevista na instrução CVM nº 349, devido às razões abaixo expostas:

- Não houve interposição de empresa veículo, sendo incorporada pela controlada a investidora original e os fundamentos econômicos que deram origem ao ágio continuam válidos;
- Não houve qualquer evento que represente em aumento patrimonial sem substância econômica nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Tendo em vista a Companhia ter optado pelo Regime Tributário de Transição introduzido pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09, o ágio descrito acima continuou a ser amortizado fiscalmente para fins de apuração da provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, sendo que os ajustes de amortização estão sendo controlados em livros auxiliares, tendo os reflexos de imposto de renda e contribuição social diferidos sido refletidos no resultado. Este ágio que estava sendo amortizado fiscalmente teve sua última parcela amortizada em fevereiro de 2013.

O ágio no montante de R\$ 33.133 está fundamentado em expectativa de resultado futuro e é anualmente submetido ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). As premissas adotadas para a projeção dos fluxos de caixa futuros foram baseadas na análise da sua performance dos últimos anos, na análise e expectativas de crescimento do seu mercado de atuação, além das expectativas e estratégias da Administração. Os valores projetados foram apresentados em termos reais, isto é, não consideram efeitos inflacionários futuros, e os fluxos de caixa operacionais foram projetados para o período de 1º de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2023. Em 30 de setembro de 2015, não foram identificados indicadores de *impairment* para o referido ágio.

Para o cálculo do valor residual, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa do último ano projetado. A taxa de desconto utilizada para cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados foi de 11,57% a.a., correspondente à taxa do CDI de dezembro de 2014 - Fonte: Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

14 IMOBILIZADO

	Controladora						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)							
Em 31 de dezembro de 2013	12.520	95.132	659.428	7.948	2.388	8.529	785.945
Adições		1.941	19.843	9.481	(390)	293	31.168
Baixas			(477)			(110)	(587)
Incorporação Isofilme	5.105	21.279	170.158	3.244	29	1.074	200.889
Em 31 de dezembro de 2014	17.625	118.352	848.952	20.673	2.027	9.786	1.017.415
Adições		118	957		6.431	8	7.514
Baixas			(5.703)			(65)	(5.768)
Em 30 de setembro de 2015	17.625	118.470	844.206	20.673	8.458	9.729	1.019.161
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2013		(24.329)	(342.048)	(3.943)		(6.404)	(376.724)
Depreciação		(3.599)	(26.074)	(1.080)		(722)	(31.475)
Incorporação Isofilme		(1.234)	(33.626)	(1.842)		(526)	(37.228)
Baixas		(46)	(2.314)			9	(2.351)
Em 31 de dezembro de 2014		(29.208)	(404.062)	(6.865)		(7.643)	(447.778)
Depreciação		(2.898)	(21.658)	(1.290)		(433)	(26.279)
Baixas			5.703			65	5.678
Em 30 de setembro de 2015		(32.106)	(420.017)	(8.155)		(8.011)	(468.289)
Imobilizado líquido:							
Em 31 de dezembro de 2013	12.520	70.803	317.380	4.005	2.388	2.125	409.221
Em 31 de dezembro de 2014	17.625	89.144	444.890	13.808	2.027	2.143	569.637
Em 30 de setembro de 2015	17.625	86.364	424.189	12.518	8.458	1.718	550.872
Taxa anual de depreciação (média)		3%	4%	10%		10%	

Cia Providência Indústria e Comércio

	Consolidado						
	Terrenos	Edifícios e construções	Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Imobilizações em andamento	Outras imobilizações	Total
Custo do Imobilizado (Valor Bruto)							
Em 31 de dezembro de 2013	<u>20.783</u>	<u>154.348</u>	<u>1.093.910</u>	<u>11.463</u>	<u>5.186</u>	<u>12.193</u>	<u>1.297.883</u>
Adições		2.031	22.563	9.495	707	337	35.133
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	424	4.761	32.180	34	462	199	38.060
Baixas			(1.102)		(2.975)	(277)	(4.354)
Transferências			1.080		(1.171)	91	
Em 31 de dezembro de 2014	<u>21.207</u>	<u>161.140</u>	<u>1.148.631</u>	<u>20.992</u>	<u>2.209</u>	<u>12.543</u>	<u>1.366.722</u>
Adições		322	2.314		9.229	8	11.873
Ganho cambial em conversão de moeda estrangeira	1.773	19.420	133.383	136	22	721	155.455
Baixas			(5.703)			(65)	(5.768)
Em 30 de setembro de 2015	<u>22.980</u>	<u>180.882</u>	<u>1.278.625</u>	<u>21.128</u>	<u>11.460</u>	<u>13.207</u>	<u>1.528.282</u>
Depreciação acumulada:							
Em 31 de dezembro de 2013		<u>(26.990)</u>	<u>(389.787)</u>	<u>(5.705)</u>		<u>(7.549)</u>	<u>(430.031)</u>
Depreciação		(4.804)	(40.242)	(1.195)		(1.221)	(47.462)
Baixas		(46)	1.170	1		59	1.184
Em 31 de dezembro de 2014		<u>(31.840)</u>	<u>(428.859)</u>	<u>(6.899)</u>		<u>(8.711)</u>	<u>(476.309)</u>
Depreciação		(3.888)	(34.084)	(1.307)		(886)	(40.165)
Baixas			5.703			65	5.768
Em 30 de setembro de 2015		<u>(35.728)</u>	<u>(457.240)</u>	<u>(8.206)</u>		<u>(9.532)</u>	<u>(510.706)</u>
Imobilizado líquido:							
Em 31 de dezembro de 2013	20.783	127.358	704.123	5.758	5.186	4.644	867.852
Em 31 de dezembro de 2014	21.207	129.300	719.772	14.093	2.209	3.832	890.413
Em 30 de setembro de 2015	22.980	145.154	821.385	12.922	11.460	3.675	1.017.576

Em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo Imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e CPC 28), em 1º de janeiro de 2009, a Companhia e sua controlada adotaram o custo atribuído para determinar o valor justo do ativo imobilizado, cujo saldo contábil era substancialmente inferior ao seu valor justo.

A avaliação foi realizada por empresa de engenharia independente especializada em avaliações patrimoniais, de acordo com as normas e procedimentos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O ajuste no balanço consolidado em 1º de janeiro de 2009, realizado com base no Laudo de Avaliação e revisado pela Administração, totalizou R\$ 302.157. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo nos períodos findos em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 11.641 e R\$15.523 respectivamente, havendo uma realização de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o valor dessa depreciação de R\$ 3.959 em 30 de setembro de 2015 (R\$5.278 em 31 de dezembro de 2014).

A depreciação do período findo em 30 de setembro de 2015, alocada ao custo dos produtos vendidos consolidado, soma R\$ 31.126 (R\$ 25.984 em 30 de setembro de 2014) sendo que as despesas operacionais somam R\$ 9.038 (R\$ 8.004 em 30 de setembro de 2014).

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Fornecedores	24.581	28.057	44.274	40.634
Total	24.581	28.057	44.274	40.634

Em 30 de setembro de 2015, o prazo médio de pagamento das compras é de 14 dias (12 dias em 31 de dezembro de 2014). A Companhia e sua controlada colocam em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Controladora e Consolidado						
Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Nota de crédito à exportação	(a)	8% a.a.	Real	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	683 50.000	696 50.000
Total controladora					<u>50.683</u>	<u>50.696</u>
Parcela no passivo circulante					50.683	696
Parcela no passivo não circulante						<u>50.000</u>
					<u>50.683</u>	<u>50.696</u>

- a) Em 08 de fevereiro de 2013, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de NCE no valor de R\$ 50.000 a taxa BRL pré + 8% a.a., juntamente com um swap no mesmo montante, de ponta ativa BRL + 8% a.a. e ponta passiva de 98,70% do CDI (“Certificado de Depósito Interbancário”).

Todos os financiamentos com instituições financeiras foram liquidados antecipadamente com recursos repassados pela empresa Polymer Group Holdings C.V. com exceção do contrato NCE 113020008500 (Nota 7.a). A exposição com instituições financeiras apresentadas passaram a figurar como empréstimos *intercompany* nas mesmas condições e prazos dos contratos originais.

Os valores contábeis dos empréstimos, financiamentos em comparação com os seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora e Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Empréstimos e financiamentos	<u>50.683</u>	<u>50.696</u>	<u>48.442</u>	<u>48.678</u>
	<u>50.683</u>	<u>50.696</u>	<u>48.442</u>	<u>48.678</u>

17 IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
Controladora				
ICMS	342	98	473	156
IRRF	581		680	
IRPJ e CSLL	3.233		41	
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta a recolher	503		429	
Demais obrigações tributárias	130		205	
	<u>4.789</u>	<u>98</u>	<u>1.828</u>	<u>156</u>
Controlada				
IRPJ e CSLL	1.281			
Imposto sobre propriedade Statesville			2.574	
Outros				
	<u>1.281</u>	<u></u>	<u>2.574</u>	<u></u>
Consolidado	<u>6.070</u>	<u>98</u>	<u>4.402</u>	<u>156</u>

18 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos montantes efetivamente envolvidos e no parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, sendo que somente são provisionados os valores relativos aos processos com risco de perda provável.

O quadro a seguir apresenta a posição das provisões para perdas prováveis e depósitos judiciais em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014:

	Controladora e Consolidado			
	30 de setembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Provisão	Depósitos	Provisão	Depósitos
Trabalhista	1.535	122	1.080	135
Cível	20		20	
Fiscal		40		33
Outros		18		16
Total	<u>1.555</u>	<u>180</u>	<u>1.100</u>	<u>184</u>
Circulante	181		50	
Não circulante	1.374	180	1.050	184

A movimentação das provisões no período findo em 30 de setembro de 2015 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.100
Adições	1.633
Correção monetária	329
Baixas	(1.507)
Saldo em 30 de setembro de 2015	1.555

(a) Processos de natureza trabalhista

Em geral, os processos trabalhistas versam sobre horas extras, adicional de insalubridade e/ou periculosidade, equiparação salarial, férias, dano moral decorrente de ações acidentárias, doença profissional, responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços, entre outros.

(b) Processos de natureza cível

Em geral, os processos de natureza cível envolvem questões usuais e inerentes à nossa atividade empresarial e referem-se, sobretudo, a ações indenizatórias, cobranças de créditos, questões relativas à declaração de inexistência de título executivo e sustação de protesto.

(c) Ações possíveis não provisionadas

A Companhia possui ações e processos administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração, de acordo com a avaliação apoiada por assessores legais, como possíveis, para os quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Trabalhistas	237	223
Cíveis	1.905	1.718
Fiscais *	153.538	157.607
	<u>155.680</u>	<u>159.548</u>

* Estas ações e processos administrativos incluem dois autos de infração relacionados à formação do resultado tributável da Companhia e da Isofilme dos anos de 2007 e 2008, lavrados em agosto e novembro de 2013, que estão sendo tempestivamente impugnados na esfera administrativa.

(d) Antigos controladores (2007)

Em 30 de setembro de 2015, os montantes relativos a processos de responsabilidade dos antigos controladores, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis e prováveis, somam R\$ 6.477 na Controladora e no Consolidado (R\$ 10.989 em 31 de dezembro de 2014).

19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 30 de setembro de 2015, o capital social de R\$ 410.039 (R\$ 410.039 em 31 de dezembro de 2014) está representado por 80.185.132 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas conforme quadro a seguir:

Acionistas Controladores e ligados aos Controladores		
PGI Polímeros do Brasil S.A.*	57.013.069	71,1%
Total Acionistas Controladores e ligados aos Controladores	<u>57.013.069</u>	<u>71,1%</u>
Ações em circulação (<i>free float</i>)		
Sul América Expertise FIA.	4.041.400	5,0%
Outros	19.112.363	23,8%
Total Ações em circulação (<i>free float</i>)	<u>23.153.763</u>	<u>28,8%</u>
Ações em tesouraria	18.300	0,0%
Total Ações em tesouraria	<u>18.300</u>	<u>0,0%</u>
Total Ações	<u>80.185.132</u>	<u>100%</u>

* Em junho de 2014 a PGI Polímeros do Brasil S.A. (PGI Brasil) adquiriu o controle acionário da Companhia Providência conforme fato relevante divulgado em 27 de janeiro de 2014.

Conforme artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, a mesma está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 4.050.000 (quatro milhões e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, independentemente de reforma estatutária, competindo ao Conselho de Administração deliberar sobre as emissões e suas condições, inclusive preço de emissão, forma e prazo de integralização.

Conforme divulgado no Fato Relevante de 20 de junho de 2014, como consequência da Operação de aquisição de controle da Companhia, a PGI Brasil realizaria oferta pública para a aquisição da totalidade das ações ordinárias de titularidade dos acionistas remanescentes da Providência (“OPA por Alienação de Controle”), nos termos do artigo 254-A da Lei n.º 6.404/1976 (“Lei das S.A.”), artigos 29 e 30 da Instrução CVM n.º 361/2002 (“ICVM 361”), das regras do Regulamento de Listagem no Novo Mercado BM&FBovespa S.A. (“Regulamento do Novo Mercado”) e do Estatuto Social da Companhia.

Concomitantemente à OPA por Alienação de Controle, a PGI Brasil informou também a intenção de realizar oferta pública unificada de aquisição de ações ordinárias da Companhia visando: (i) cancelar o registro da Companhia como companhia aberta (“OPA para Cancelamento de Registro”); e (ii) retirar a Companhia do segmento especial de listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa (“OPA para Saída do Novo Mercado”), observando-se, para tanto, os termos previstos nos artigos 4º, §4º da Lei das S.A., bem como os procedimentos estabelecidos nos artigos 16 a 25 da ICVM 361 e no Regulamento do Novo Mercado (OPA por Alienação de Controle, OPA para Cancelamento de Registro e OPA para Saída do Novo Mercado são referidas, em conjunto, como “OPA Unificada”).

Em 14 de julho de 2014 foi realizada AGE que deliberou e aprovou por maioria dos votos dos presentes, a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; Aprovou nos termos da Cláusula 10.1.1 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes, com abstenção de voto do acionista controlador, a escolha do BANCO J. SAFRA S.A., como instituição financeira responsável pela elaboração, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis, do laudo de avaliação do valor econômico das ações da Companhia, para fins da OPA para Cancelamento de Registro e da OPA para Saída do Novo Mercado; Autorizou os administradores da Companhia a tomarem todas as medidas e a praticarem todos os atos necessários para a efetivação das deliberações aprovadas.

Em 22 de janeiro de 2015 a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) determinou, nos termos do inciso II do parágrafo 2º do artigo 4º da Instrução CVM n. 361/02, a suspensão da Oferta Pública Unificada para Aquisição de Ações Ordinárias emitidas pela Companhia (“Oferta”), a ser realizada por seu acionista controlador até que estudos e análises adicionais a serem realizados estivessem concluídos.

Na data de 08 de abril de 2015 a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) comunicou a revogação da suspensão da oferta após verificar que: (i) a ofertante PGI Polímeros do Brasil S.A desistiu do pleito de recurso contra a decisão da CVM de suspensão da Oferta e (ii) a minuta do edital da oferta protocolada em 31 de março de 2015 junto à CVM apresentou a possibilidade de pagamento do valor de R\$ 0,19599 por ação conforme decisão do colegiado da CVM sobre a regularidade ou não das despesas da Companhia com assessores no âmbito da operação de alienação de controle.

Na data de 04 de setembro de 2015, foi efetuado comunicado aos acionistas, ao mercado e ao público em geral que, em 3 de setembro de 2015, a Superintendência de Registro de Valores Mobiliários da CVM, por meio do Ofício nº CVM/SRE/OPA/ALI/2015/001, concedeu o registro para a realização de oferta pública unificada para a aquisição de até a totalidade de ações ordinárias de emissão da Companhia a ser realizada (i) devido à alienação de controle da Companhia; (ii) para o cancelamento do registro da Companhia como companhia aberta; e (iii) para saída da Companhia do segmento especial de listagem denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA (“Oferta”), de acordo com os termos e condições estabelecidos no Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Edital”), publicado em 11 de setembro de 2015.

Em 31 de julho de 2015, foi divulgado fato relevante informando que a Avintiv, Inc. (nova denominação de PGI Specialty Materials, Inc. – Controladora de PGI Polímeros do Brasil) e Berry Plastics Group, Inc (“Comprador”) assinaram um Acordo e Protocolo de Incorporação nos termos do qual a Avintiv será a incorporadora e sociedade sobrevivente de uma incorporação a ser realizada com uma subsidiária integral do Comprador (“Incorporação”). Em consequência, a Companhia tornar-se-á subsidiária indireta do Comprador.

b) Opções de compra de ações

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração e conforme as Diretrizes para a Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações aprovadas em Assembleia Geral de 11 de maio de 2007 e 10 de setembro de 2010, a Companhia pode outorgar opção de compra ou subscrição de novas ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor de executivos e empregados de alto nível da Companhia e de sua controlada.

As diretrizes para conceder opção de compra de ações são administradas pelo Conselho de Administração, que pode outorgar opção de compra de ações às pessoas indicadas. A opção de compra de ações a ser oferecida nos termos dessas Diretrizes representará, a qualquer momento, até 3% do total de ações de emissão da Companhia. Os termos e condições, inclusive o preço por ação, são definidos pelo Conselho de Administração no momento da outorga ou concessão. Os acionistas, nos termos do que dispõe o art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão preferência no período da opção de compra de ações.

Atualmente está vigente um plano de opção de compra de ações (“2º Plano de Opção de Compra de Ações”). O plano possui três períodos de carência para o exercício das opções: Após o decurso de 12 meses, o participante passa a ter o direito de adquirir 20% das ações objeto da opção; após o decurso de 24 meses, o participante passa a ter direito de adquirir mais 30% das ações objeto da opção; e, após o decurso de 36 meses o participante passa a ter direito de adquirir os outros 50% das ações objeto da opção. O prazo total de prescrição do plano é de 7 (sete) anos.

O reconhecimento nas Demonstrações Financeiras começa a ser feito a partir do mês em que os beneficiários assinam os contratos individuais.

A condição para exercer o direito é a permanência na Companhia.

Até 30 de setembro de 2015 foram exercidas 130.800 ações referentes à outorga aprovada em 30 de maio de 2011 e 144.000 ações referentes à outorga aprovada em 25 de maio de 2012. As ações referentes à outorga de 30 de maio de 2011, entregues pela Companhia haviam sido adquiridas no período entre 26 de setembro de 2011 e 25 de setembro de 2012 e estavam consignadas na conta de ações em tesouraria. As ações referentes à outorga de 25 de maio de 2012, entregues pela Companhia foram emitidas e subscritas para este fim. O efeito do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$ 162 das opções exercidas foi registrado na conta de Reserva de Capital. Também foram canceladas as opções correspondentes a 175.000 ações, devido à saída de pessoas que participavam do plano.

O quadro a seguir demonstra os detalhes do plano vigente:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Preço de outorga	Data de vencimento	Valor Justo	% do Capital Social
30/05/2011	829.000	6,10	30/05/2018	1.510	1,04%
25/05/2012	460.000	6,35	25/05/2019	711	0,58%

As premissas utilizadas para o cálculo, na data da outorga, foram as seguintes:

Data da aprovação	Quantidade de ações	Taxa de juros anual livre de risco	Prazo total em anos	Volatilidade anual esperada	Valor justo da opção na data da outorga
30/05/2011	829.000	12,15%	3	52,86%	1,86
25/05/2012	460.000	8,79%	3	48,56%	1,57

Caso as opções de compra de ações sejam integralmente exercidas pelos seus titulares, os atuais acionistas da Companhia sofrerão uma diluição de participação de 1,04%. Tal diluição foi calculada com base na razão entre (i) o número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações vigentes, e (ii) o número total de ações de emissão da Companhia em 30 de setembro de 2015, acrescido do número total de ações objeto do plano de opção de compra de ações, ou seja:

$$\text{“Diluição em 30/09/2015”} = 839.200 / (80.185.132 + 839.200) \times 100 = 1,04\%.$$

Movimentação das opções	2015	2014
Quantidade inicial	839.200	983.200
Opções outorgadas		
Opções exercidas		(144.000)
Opções não exercidas		
Quantidade final	839.200	839.200
Preços de exercício - outorga aprovada em 30/05/2011	7,20	7,20
Preços de exercício - outorga aprovada em 25/05/2012	7,19	7,19
Data de vencimento - outorga aprovada em 30/05/2011	30/05/2018	30/05/2018
Data de vencimento - outorga aprovada em 25/05/2012	25/05/2019	25/05/2019

Em 02 de dezembro de 2014 foi aprovada em reunião do conselho de administração a emissão de 144.000 ações para lastrear o exercício do plano de opção de compra de ações aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2010 por parte de alguns executivos, no valor total R\$ 1.036.

(c) Reservas de capital

O saldo de reserva de capital de R\$ 12.768 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 12.713 em 31 de dezembro de 2014) é composto pela reserva de ágio na emissão de ações, no montante de R\$ 10.866 (R\$ 10.866 em 31 de dezembro de 2014), e pela reserva especial para fazer frente aos compromissos da nova outorga do plano de opção de compra de ações, de acordo com a nota 19 (b), cujo saldo totaliza R\$ 1.902 em 30 de setembro de 2015 (R\$ 1.847 em 31 de dezembro de 2014).

(d) Ações em tesouraria

Movimentação ações em tesouraria	Valor	Quantidade
Saldo em 31 de dezembro de 2014	100	18.300
Saldo em 30 de setembro de 2015	100	18.300

(e) Reservas de lucros

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Reserva para futuros investimentos	36.023	36.023
Total	36.023	36.023

A reserva legal é constituída com 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação até o limite de 20% do capital.

A reserva para futuros investimentos foi proposta pela Administração e aprovada em assembleia geral para fazer frente ao projeto de investimento da Companhia, o qual envolve a instalação de novas máquinas.

(f) Prejuízo por ação básico e diluído

Os resultados por ação básico e diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no período, conforme detalhado no quadro abaixo. Não houve movimentação na quantidade de ações emitidas, e o cálculo da quantidade de ações dilutivas efetuado não apresentou resultado relevante a ponto de alterar o lucro por ação. Desta forma, o prejuízo diluído por ação apresentou diferença irrelevante para divulgação, ou seja, o prejuízo diluído por ação foi praticamente igual ao prejuízo básico por ação:

	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Resultado do período	(55.083)	(54.995)
Quantidade de ações	80.167	80.022
Prejuízo por ação	(0,69)	(0,69)

(g) Ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora e Consolidado	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado (a)	130.271	137.953
Ajustes acumulados de conversão (b)	(16.430)	(2.926)
Total	113.841	135.027

Os movimentos do período referem-se a:

- (a) Custo atribuído aos bens do ativo imobilizado: Realização da depreciação líquida de imposto de renda, no valor de R\$ 7.682 no período findo em 30 de setembro de 2015;
- (b) Ajustes acumulados de conversão: Variação cambial do investimento na controlada Providencia USA Inc., no valor de R\$ 13.504.

20 RECEITA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Vendas brutas de produtos	585.825	458.256	780.926	666.347
Devoluções de vendas	(21.003)	(19.813)	(18.019)	(21.537)
Impostos sobre vendas	<u>(66.379)</u>	<u>(60.879)</u>	<u>(66.378)</u>	<u>(67.587)</u>
Receita líquida	<u>498.443</u>	<u>377.564</u>	<u>696.529</u>	<u>577.223</u>

21 DESPESAS POR NATUREZA E CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Custo de vendas	(376.973)	(299.530)	(514.933)	(456.826)
Despesas com vendas				
Logística	(28.426)	(26.692)	(30.717)	(31.999)
Comissões	(430)	(1.936)	(415)	(2.191)
Outras	(663)	(4.233)	(699)	(4.576)
Total despesas com vendas	<u>(29.519)</u>	<u>(32.861)</u>	<u>(31.831)</u>	<u>(38.766)</u>
Despesas administrativas				
Pessoal	(20.224)	(21.979)	(23.090)	(28.526)
Administradores	(2.155)	(4.115)	(2.155)	(4.115)
Despesa de benefícios a empregados	(7.449)	(6.687)	(10.758)	(8.827)
Despesa com utilities	(2.388)	(793)	(2.883)	(1.068)
Serviços prestados	(9.055)	(24.602)	(10.547)	(26.039)
Despesas de viagem	(2.199)	(1.669)	(2.324)	(1.960)
Impostos e taxas	(284)	(216)	(987)	(1.047)
Despesas de depreciação e amortização	(5.390)	(7.689)	(12.353)	(11.538)
Outras despesas	(376)	(2.123)	(4.374)	(3.899)
Total despesas administrativas	<u>(49.520)</u>	<u>(69.873)</u>	<u>(69.471)</u>	<u>(87.019)</u>
Reversão de provisões e recuperação de despesas	(435)	(178)	(435)	(166)
Outras	(53)	(338)	(54)	(495)
Total outras receitas (despesas)	<u>(488)</u>	<u>(516)</u>	<u>(489)</u>	<u>(661)</u>
Total	<u>(456.500)</u>	<u>(402.780)</u>	<u>(616.724)</u>	<u>(583.272)</u>

22 DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS

(a) Receitas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Juros	304	459	301	305
Operações com derivativos	576	1.601	576	1.601
Rendimentos de aplicações financeiras	2.832	2.644	2.832	2.715
Outros	1.741	1.600	1.741	1.764
	<u>5.453</u>	<u>6.304</u>	<u>5.450</u>	<u>6.385</u>

(b) Despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Juros	(11.137)	(10.542)	(18.392)	(24.007)
Varição cambial, líquida	(62.794)	(18.420)	(62.763)	(14.559)
Operações de derivativos	(746)	(7.279)	(746)	(7.531)
Outros	(607)	(1.790)	(650)	(2.125)
	<u>(75.284)</u>	<u>(38.031)</u>	<u>(82.551)</u>	<u>(48.222)</u>

As variações nas despesas financeiras observadas no período findo em 30 de setembro de 2015, comparativamente ao mesmo período de 2014, referem-se, principalmente, ao efeito da variação cambial sobre os passivos expostos em moeda estrangeira.

As despesas com operações de derivativos referem-se aos resultados com as operações de *swap*, Contratos de câmbio a termo e Contratos de opções de dólar.

23 DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação da alíquota efetiva dos tributos

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	(64.181)	(50.861)	2.704	(47.886)
Alíquota nominal dos tributos (IR e CS)	34%	34%	34%	34%
Despesa de IR e CS à alíquota básica	21.822	17.293	(919)	16.281
Efeito tributário de (adições) exclusões:				
Ajuste Prej fiscal Acumulado (*)			(54.929)	
Outros itens líquidos	<u>(12.724)</u>	<u>(21.427)</u>	<u>(3.787)</u>	<u>(23.390)</u>
Valor lançado ao resultado	9.098	(4.134)	(57.787)	(7.109)
Corrente	(3.224)		(4.325)	(1.179)
Diferido	<u>12.322</u>	<u>(4.134)</u>	<u>(53.462)</u>	<u>(5.930)</u>
Valor lançado ao resultado	9.098	(4.134)	(57.787)	(7.109)

* De acordo com as regras fiscais dos Estados Unidos, as quais são aplicáveis à Providencia USA, companhias com prejuízos fiscais acumulados na data da aquisição, cujo controle foi alterado, passam a ter limitação na utilização desses prejuízos. Conforme tais regras fiscais, a mudança no controle é entendida e deve ser avaliada até o último nível da empresa controladora. Consequentemente, essa limitação foi desencadeada através da aquisição da Companhia Providência pela PGI.

A fim de estimar o valor da limitação na utilização dos prejuízos fiscais acima mencionados, o valor justo da empresa adquirida deve ser determinado. Em junho de 2015, e dentro do período de mensuração previsto nas regras contábeis americanas sobre combinação de negócios, a controladora PGI concluiu o processo de avaliação do valor justo das empresas adquiridas Companhia Providência e de sua subsidiária Providencia USA. Como resultado desta avaliação e da consequente aplicação da regra fiscal, foi apurada uma redução de aproximadamente US\$ 51 milhões nos prejuízos fiscais acumulados disponíveis para serem aproveitados no futuro pela Providencia USA. Em razão de tal redução, o ativo fiscal diferido correspondente da Providencia USA foi reduzido no montante de aproximadamente US\$ 18 milhões, ou equivalente a R\$ 55 milhões.

(b) Demonstrativo da movimentação do IR e CS, líquido em 30 de setembro de 2015:

	Controladora			
	31 de dezembro de 2014	Movimento	30 de setembro de 2015	
Prejuízo fiscal e base negativa CS acumulados	233.715	(4.086)	229.629	
Efeito sobre IR e CS diferido ativo	79.463	(1.389)	78.074	
Diferenças temporárias:				
Depreciação (Revisão vida útil imobilizado)	(46.064)	(5.614)	(51.678)	
Custo atribuído	(71.066)	3.958	(67.108)	
Ágio	37.833	(14.187)	23.646	
Ágio Isofilme	(11.265)		(11.265)	
Outras adições/exclusões temporárias	21.539	29.554	51.093	
	<u>(69.023)</u>	<u>13.711</u>	<u>(55.312)</u>	
Total do efeito de IR e CS diferido ativo	10.440	12.322	22.762	
IR e CS corrente		<u>(3.224)</u>		
Total do efeito de IR e CS no resultado		9.098		
Consolidado				
	31 de dezembro de 2014	Movimento	Efeitos que transitam nos ajustes de avaliação patrimonial	30 de setembro de 2015
Total do efeito de IR e CS diferido ativo controladora	10.440	12.322		22.762
Total imposto de renda diferido ativo (passivo) líquido, Providência USA	3.630	(65.784)	(16.213)	(78.367)
Total do efeito de IR e CS no resultado	14.070	(53.462)	(16.213)	(55.605)
IR e CS corrente		<u>(4.325)</u>		
Total do efeito de IR e CS no resultado		<u>(57.787)</u>		

24 PLANO DE PREVIDÊNCIA

Em dezembro de 2009, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú um plano de previdência privada, estruturado na modalidade de contribuição definida, denominado ProvidenciaPrev, cujas contribuições são feitas mensalmente de forma voluntária pelos participantes e, também, pela Companhia de acordo com faixas salariais, divididos em dois grupos, levando em consideração o valor de contribuição máximo exigido pela Previdência Social.

A Companhia como patrocinadora não assume responsabilidade financeira pelo custo dos serviços passados.

No primeiro grupo participam todos os empregados com salário nominal acima do teto máximo da tabela da Previdência Social, onde a Companhia efetua contribuições básicas em nome do participante no valor de 100% da contribuição básica do mesmo, a título de contrapartida de suas contribuições.

O segundo grupo é formado pelos demais empregados onde a contribuição da Companhia ocorrerá na data da elegibilidade ao benefício, equivalente a três vezes o salário do participante.

O montante das contribuições da Companhia efetuadas no período findo em 30 de setembro de 2015, totalizou R\$ 438 (R\$ 776 comparativamente ao mesmo período de 2014), tendo sido reconhecido no resultado na rubrica gastos com pessoal.

25 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e sua controlada adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices são cotadas com diversas seguradoras, estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. O gerenciamento de riscos é realizado com o objetivo de delimitar potenciais riscos e sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operações, sendo a cobertura de seguros consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas por nossos auditores independentes.

Em 30 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a Companhia e sua controlada possuíam apólices de seguro contratadas para cobertura das seguintes modalidades e montantes:

Ramo	Importâncias seguradas	
	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Patrimonial		
Riscos Nomeados e Operações e Lucros Cessantes	1.395.954	937.820
Responsabilidade Civil Geral		
Estabelecimentos Comerciais	135.930	107.303
Responsabilidade Civil		
D&O	27.946	37.157
Transporte Internacional		
Importação e Exportação	15.720	13.437
Total	<u>1.575.550</u>	<u>1.095.717</u>

As coberturas de seguros são:

- Seguro patrimonial (unidades fabris) - garante indenização por danos elétricos, incêndio, lucros cessantes, quebra de máquinas, roubo/furto qualificado de bens e vendaval, furacão, ciclone, tornado, impacto de veículo terrestre e queda de aeronave. Agrega seguro de empilhadeiras e veículos que garante indenização por perdas e danos materiais sobre os referidos bens;
- Seguro de responsabilidade civil geral sobre produtos fabricados e operações internas, assim como empregador e riscos contingentes de veículos motorizados;
- Seguro de responsabilidade civil para Conselheiros, Diretores e/ou Administradores (D&O);
- Seguro de transporte - garante todos e quaisquer bens e/ou mercadorias/matéria-prima, inerentes ao ramo de atividade e transportados sob sua responsabilidade; e,
- Seguro garantia - garante, caso necessário a utilização, obrigações assumidas pela Companhia junto a diversos órgãos e entidades públicas e privadas no âmbito de adiantamento de pagamento, executante construtor, fornecedor ou prestador de serviço, licitante, perfeito funcionamento e retenção de pagamento.

As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas por nossos auditores independentes.

26 PARTES RELACIONADAS

(a) Controladora

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo		
Contas a receber		
Providencia USA, Inc.		
Contrato de Mútuo		
Providencia USA, Inc.	349	4.288
	<u>349</u>	<u>4.637</u>
Passivo - Circulante e não circulante		
Fornecedores		
PGI Colombia Ltda.		
Providencia USA, Inc.		
Bonlam SA de CV		
AVINTIV Specialty Materials Inc. (*)	1.542	
	<u>1.542</u>	
Contratos de Mútuo		
Polymer Group Holdings C.V. (i)		
	<u></u>	<u></u>

(b) Consolidado

	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo		
Contas a receber		
Chicopee, Inc.		
AVINTIV Specialty Materials Inc. (*)	1.379	
	<u>1.379</u>	
Passivo - Circulante e não circulante		
Fornecedores		
PGI Colombia Ltda.		
Chicopee, Inc.	1.567	-
Bonlam SA de CV		
AVINTIV Specialty Materials Inc. (*)	2.772	
	<u>2.772</u>	
Contratos de Mútuo		
Polymer Group Holdings C.V.	249.827	
Chicopee, Inc. (ii)	508.533	
	<u>758.360</u>	<u></u>

Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

	Receitas		Despesas	
	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Juros sobre contratos de mútuo				
Providencia USA, Inc.	3	72		
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.		79		
Polymer Group Holdings C.V.			(5.902)	(2.835)
Venda de produtos				
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.		199		
Compra de produtos				
Isofilme Indústria e Comércio de Plásticos Ltda.				(2.995)
PGI Colombia Ltda			(3.095)	
Bonlam SA de CV			(64)	
PGI Spain SLU			(184)	
Despesas administrativas				
PGI Colombia Ltda			(116)	
Providencia USA, Inc.	11		(435)	
Bonlam SA de CV			(596)	
AVINTIV Specialty Materials Inc. (*)	2		(457)	
	<u>16</u>	<u>350</u>	<u>(10.849)</u>	<u>(5.830)</u>

(*) Anteriormente Polymer Group, Inc..

Contratos de mútuo com Polymer Group Holdings C.V.:

Modalidade	Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
I-C Loan	(i) Libor + 3,00% a.a.	Dólar	Juros: trimestrais até 2016 Principal: em 2016	36 7.549	28 5.049
I-C Loan	(ii) Libor + 0,85% a.a	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: semestrais até 2016	21 8.174	1 8.201
I-C Loan	(iii) Libor + 1,25% a.a.	Dólar	Juros: Semestrais até 2023 Principal: Semestrais até 2023	147 120.412	494 90.609
I-C Loan	(iv) 4,85% a.a.	Dólar	Juros: Semestrais até 2018 Principal: Semestrais até 2018	31 113.457	450 101.187
Total controladora				<u>249.827</u>	<u>206.019</u>
Parcela no passivo circulante				68.828	41.805
Parcela no passivo não circulante				<u>180.999</u>	<u>164.214</u>
				<u>249.827</u>	<u>206.019</u>

- i. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.900 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento para 01 de fevereiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3% a.a.;
- ii. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 4.115 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 28 de junho de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 0,85% a.a.;
- iii. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 35.991 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 29 de agosto de 2023. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,25% a.a.;
- iv. Em 22 de setembro de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 42.837 com a Polymer Group Holdings C.V., com vencimento semestral até 26 de setembro de 2018. A taxa de correção é de 4,85% a.a.

(i) Contratos de mútuo com a Chicopee, Inc.:

Consolidado						
Modalidade		Encargos financeiros	Moeda	Vencimentos	30 de setembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Financiamento planta USA	(v)	LIBOR + 3,05% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2014 Principal: 2014		31 10.630
	(vi)	LIBOR + 3,05% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	211 25.824	249 17.273
	(vii)	LIBOR + 2,95% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	6 9.932	62 7.972
	(viii)	LIBOR + 2,60% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	183 21.851	15 14.616
	(ix)	LIBOR + 3,23% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	39 3.725	5 3.737
	(x)	LIBOR + 3,00% a.a.	Dólar	Juros: mensais até 2016 Principal: 2016	27 5.959	74 5.979
	(xi)	LIBOR + 2,75% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: semestral até 2015	207 21.851	25 14.616
	(xii)	LIBOR + 2,85% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2017 Principal: semestral até 2017	483 79.458	753 53.148
	(xiii)	LIBOR + 2,50% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	14 19.865	100 13.287
	(xiv)	LIBOR + 2,10% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015	79 10.350	71 6.923
	(xv)	LIBOR + 2,10% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2015 Principal: 2015		63 5.315
	(xvi)	LIBOR + 2,50% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2016 Principal: 2016	207 31.783	283 21.259
	(xvii)	LIBOR + 1,50% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2020 Principal: semestral até 2020	958 120.643	38 94.178
	(xviii)	LIBOR + 1,20% a.a.	Dólar	Juros: semestrais até 2022 Principal: 2022	165 118.560	344 84.967
	(xix)	0,16% a.a.	Dólar	Juros: mensais até 2030 Principal: 2030		36.153 24.183
Total controlada					508.533	380.196
Total consolidado					758.360	586.215
Parcela no passivo circulante (consolidado)					272.081	160.621
Parcela no passivo não circulante (consolidado)					486.279	425.594
					758.360	586.215

- v. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 com a Chicopee, Inc., o vencimento inicial de 21 de agosto de 2014 foi prorrogado pelo credor, e o novo vencimento será pactuado entre as partes envolvidas. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,05% a.a.;
- vi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 6.500 com a Chicopee, Inc., o vencimento inicial de 30 de janeiro de 2015 foi prorrogado pelo credor, nas mesmas condições, e o novo vencimento será pactuado entre as partes envolvidas. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,05% a.a.;
- vii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 3.000 com a Chicopee, Inc., com vencimento inicial em 07 de abril de 2015 foi prorrogado pelo credor, nas mesmas condições, e o novo vencimento será repactuado entre as partes envolvidas. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,95% a.a.;
- viii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.500 com a Chicopee, Inc., com vencimento para 18 de junho de 2015 foi prorrogado pelo credor, nas mesmas condições, e o novo vencimento será repactuado entre as partes envolvidas. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,60% a.a.;
- ix. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 1.875 com a Chicopee, Inc., com vencimentos semestrais até 10 de junho de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3,23% a.a.;
- x. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 3.000 com a Chicopee, Inc., com vencimentos semestrais até 08 de fevereiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 3% a.a.;
- xi. Em 13 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.500 com a Chicopee, Inc., com vencimento para 02 de dezembro de 2015. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,75% a.a.;
- xii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 20.000 com a Chicopee, Inc., com vencimento para 30 de junho de 2017. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,85% a.a.;
- xiii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 5.000 com a Chicopee, Inc., com vencimento para 18 de março de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,5% a.a.;
- xiv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 2.605 com a Chicopee, Inc., o vencimento inicial de 28 de janeiro de 2015 foi prorrogado pelo credor, nas mesmas condições, e o novo vencimento será pactuado entre as partes envolvidas. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,1% a.a.;

- xv. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 2.000 com a Chicopee, Inc., com vencimento para 01 de julho de 2015 foi prorrogado pelo credor, e o novo vencimento será pactuado entre as partes envolvidas. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,1% a.a.;
- xvi. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 8.000 com a Chicopee, Inc., com vencimento para 05 de janeiro de 2016. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 2,5% a.a.;
- xvii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 36.440 com a Chicopee, Inc., com vencimentos semestrais até 04 de abril de 2020. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,5% a.a.;
- xviii. Em 12 de junho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 34.105 com a Chicopee, Inc., com vencimentos semestrais até 28 de fevereiro de 2022. A taxa de correção é de LIBOR 6M + 1,2% a.a.;
- xix. Em 21 de julho de 2014, foi firmado contrato de mútuo no valor de US\$ 9.100 com a Chicopee, Inc., com vencimento em 01 de maio de 2030. A taxa de correção é de 0,16% a.a.;

(c) Remuneração global dos administradores

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício de 2015, no valor global e anual de até R\$ 7.000, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 10, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia.

Conforme divulgação requerida pelo CPC 5 R1 - Divulgações sobre Partes Relacionadas, foram registradas, no período findo em 30 de setembro de 2015, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração conforme apresentado a seguir:

	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2014
Remuneração	2.100	5.890
Remuneração baseada em ações	55	254
	<u>2.155</u>	<u>6.144</u>

27 COMPROMISSOS

A filial de Pouso Alegre possui contrato de locação de imóvel com vencimento em 31 de julho de 2020, no valor mensal de R\$ 100.

28 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 06 de outubro de 2015 foi divulgado fato relevante a fim de comunicar aos seus acionistas, ao mercado e ao público em geral que, em 1º de outubro de 2015, ocorreu o fechamento da operação entre a (“Avintiv”) e a Berry Plastics Group, Inc. (“Comprador”), companhia aberta nos Estados Unidos da América, provedor líder de embalagens de plástico e de engenharia, com sede mundial em Evansville, Indiana (“Fechamento”), a partir desta data a Avintiv será a incorporadora e sociedade sobrevivente de uma incorporação a ser realizada com uma subsidiária integral do Comprador (“Incorporação”). Em consequência, a Companhia tornar-se-á subsidiária indireta do Comprador.

Na data de 13 de outubro de 2015, a Companhia divulgou fato relevante informando sobre a conclusão bem-sucedida do leilão da oferta pública unificada para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia. Como resultado, a PGI Polímeros do Brasil S.A. (“Ofertante”) adquiriu 22.772.948 ações ordinárias, que representam aproximadamente 28,40% do capital social. Após a liquidação, ocorrida em 16 de outubro de 2015, a Ofertante passou a ser detentora de 79.786.017 ações ordinárias, equivalentes a 99,50% do capital social. Tendo em vista que o número de ações adquiridas pela Ofertante no leilão supera o montante mínimo de 2/3 das ações ordinárias cujos titulares venderam as suas ações no Leilão ou concordaram expressamente com o cancelamento de registro, dando prosseguimento aos procedimentos necessários para o cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM.

Em 30 de outubro de 2015, foi divulgado fato relevante a fim de comunicar aos seus acionistas, ao mercado e ao público em geral que, com base no disposto no artigo 4º, parágrafo 5º da Lei das Sociedades por Ações, em Assembleia Geral Extraordinária realizada na respectiva data, foi aprovado o resgate de 380.815 ações ordinárias em circulação de emissão da Companhia, representativas, aproximadamente, de 0,47% do capital social da Companhia (“ações remanescentes”), as quais remanesceram em circulação no mercado após a conclusão do leilão de oferta pública unificada para aquisição de até a totalidade das ações de emissão da Companhia. O resgate das ações remanescentes ocorrerá sem a redução do capital social da Companhia.

Com base no disposto no artigo 4º, §5º da Lei das Sociedades por Ações e nos termos do Fato Relevante divulgado em 10 de novembro de 2015 (“Fato Relevante Procedimento Regaste”), o prazo para comparecimento a qualquer agência do Banco Bradesco S.A. para os acionistas titulares de ações remanescentes indicarem o valor a ser pago por suas respectivas ações no resgate expirou em 09 de novembro de 2015 (“Prazo Final – Resgate”), sendo que nenhum acionista optou por receber o Preço da Oferta. Deste modo, todas as ações de emissão da Companhia serão resgatadas pelo Preço Alternativo que, devidamente atualizado pela Taxa SELIC a contar da data da liquidação da Oferta

Cia Providência Indústria e Comércio

(inclusive), ocorrida no dia 16 de outubro de 2015 até o dia 16 de novembro de 2015, corresponde ao valor de R\$10,69 por ação.

Relatório da Administração/ Comentário do Desempenho

No terceiro trimestre de 2015 a receita líquida cresceu 26% em relação ao mesmo período do ano anterior em razão, principalmente, dos efeitos do câmbio sobre o faturamento em moeda estrangeira, além de ligeiro realinhamento de preços.

Neste trimestre verificou-se um resultado operacional antes dos efeitos financeiros de R\$ 25,6 milhões, aumento de R\$ 23,1 milhões em comparação com o mesmo período do ano anterior devido aos fatores acima citados, além da redução de 12% nas despesas operacionais.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 43,2 milhões no trimestre, fortemente impactado pela desvalorização de 62% do Real frente ao Dólar norte americano – na comparação de 30 de setembro de 2015 com 30 de setembro de 2014. O endividamento da Providência está 93,7% indexado à moeda estrangeira.

O resultado líquido foi impactado principalmente pelos efeitos acima descritos.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Providência Indústria e Comércio
São José dos Pinhais – PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Providência Indústria e Comércio (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de novembro de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audidores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR

Otávio Ramos Pereira
Contador
CRC n.º 1 RS-057.770/O-2

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2015.

São Jose dos Pinhais, 12 de novembro de 2015.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM N° 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao terceiro trimestre de 2015.

São Jose dos Pinhais, 12 de agosto de 2015